



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/2021/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: SEDUC/RO

PROCESSO Nº: 0029.123431/2021-68

OBJETO: Reforma predial da E.E.E.F.M. Prof. Salomão Silva, localizada no município de Nova Mamoré/RO.

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às oito horas, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone 69 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº. 74/2021/SUPEL-CI**, para proceder com o exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa: **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP EIRELI**. **DA RECORRENTE:** **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP EIRELI** a empresa recorrente foi declarada INABILITADA em ata datada em 06.09.2021 por **não ter apresentado declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, descumprindo parcialmente o exigido no item 16.1 alínea "f" do edital**. Afirma que o documento foi sim inserido juntamente com toda a documentação de habilitação apresentada pela empresa, página 112 numeração da empresa. Anexou a declaração ao recurso ora analisado, assinado pelo sócio administrativo da empresa recorrente. Afirma que é esta a declaração que deve ser apresentada no momento da entrega dos envelopes de habilitação e propostas de preços, conforme modelo disponibilizado no edital ANEXO X. E que ao inabilitá-la a Comissão de Licitação “... *FERE DE MORTE O PRINCÍPIO DA BUSCA PELA MELHOR OFERTA AOS COFRES PÚBLICOS ao inabilitar uma empresa que atendeu na íntegra as exigências da lei 8.666/93 e demais legislações determinadas no item 5 do edital, tendo como base simplesmente em um rigor excessivo e/ou em um formalismo exacerbado e habilitando somente 1 empresa a segunda fase do certame (abertura de preço). E que, data máxima vênua, a referida decisão encontra-se eivada de formalismos excessivos, contrariando veladamente os princípios administrativos da razoabilidade e proporcionalidade. Diante disso é que vem a ora recorrente contestar mencionada decisão, requerendo sua imediata reforma para fins de possibilitar a ZIG Eletricidade e Construção IMP e EXP EIRELI C NP J: 08.788.130/0001-42 – IN S C. E S T A D U A L : 01.019.191/001-25 continuidade do procedimento licitatório, incluindo suas propostas técnicas de preço no julgamento da comissão...*”. E ainda que “...um dos objetivos principais do procedimento licitatório é a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública, o que somente se alcança por meio da ampliação da concorrência...”. **DO PEDIDO:** Pede a Comissão Permanente de Licitações de Obras/CPLO, que reverta a decisão anteriormente habilitando-a e tornado apta a prosseguir no certame em tela. Expirado o prazo para interposição de recurso, a Comissão de Licitação concedeu o prazo para Contrarrazões sendo que nenhuma empresa manifestou interesse em contrarrazoar. **DA DECISÃO DA**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO: A Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu manter a decisão proferida na sessão do dia 06.09.2021, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 43, §3º da Lei 8.666/93. **DA RECORRENTE:** considerando que empresa recorrente **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP** foi inabilitada por **não ter apresentado declaração da SEJUS, descumprindo o exigido no item 16.1 alínea “f” do edital**, e em sua defesa ora apresentada defender que a declaração exigida no Anexo X assinada pelo sócio-representante da empresa, supre a declaração exigida no item 16.1 alínea “f” do edital, ou que a emitida pela SEJUS-RO deva ser apresentada somente pela empresa declarada vencedora não procede, senão vejamos:

16.1- DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

f) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;

Essa é uma exigência editalícia. Mesmo sob as alegações de que tal exigência não está amparada pela Lei 8.666/93, ela está regulamentada por Decreto Estadual que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134/2009. Importante ressaltar que no processo administrativo nº **0029.112134/2021-97**, ocorreu **situação semelhante, a atual empresa recorrente e sua concorrente no certame em tela ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, outrora foram inabilitadas pelo mesmo motivo, ou seja, não terem apresentado declaração da SEJUS, descumprindo o exigido no item 16.1 alínea “f” do edital.** Agora a história se repete, as duas mesmas empresas participam do certame em epígrafe, porém a empresa **ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA sanou o ocorrido e providenciou a declaração junto a SEJUS, ao contrário da empresa recorrente que insiste em não cumprir essa regra do edital.** O que deve ser sempre destacado é que sua emissão é gratuita, de fácil acesso, obtida na própria SEJUS/RO localizada no Palácio Rio Madeira – Complexo Político Administrativo – CPA. A CPLO não pode, e jamais o fez em qualquer certame que conduziu, julgar sob o prisma “dois pesos e uma medida”. Se é exigido no escopo editalício, e se o interessado não usou da prerrogativa prevista no item 14 do edital **DO DIREITO DE PETIÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO**, o instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação (art. 41 da Lei 8.66/93). Em outras palavras, pode se dizer que, “nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório”. Como bem destaca Fernanda Marinela: O princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação: Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei. **Portanto não atendeu a exigência do edital, estando inapta a prosseguir no certame.** Nesta seara, a Comissão de Licitação mantém a decisão proferida em Ata do dia 06.09.2021, mantendo **INABILITADA** a empresa **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP** e **HABILITADA** a empresa **ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA** no presente certame. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, aos **vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e quarenta minutos.**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro

SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 23/09/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 23/09/2021, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espirito Santo, Membro**, em 23/09/2021, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020883599** e o código CRC **F3E08B45**.